

ALTERAÇÃO CONTRATUAL

RCORE INSUMOS MEDICOS

C.N.P.J. nº 38.714.672/0001-31
NIRE: 35.236.371.613

JUCESP PROTOCOLO
0.069.240/22-0



Pelo presente instrumento de Alteração Contratual, e na melhor forma de direito, as partes, a saber:

- Sr. RODRIGO BENJAMIN DELGATO**, brasileiro, maior, solteiro, empresário, nascido no dia 02/05/1981, portador da cédula de identidade **RG nº 32.578.986-1 SSP/SP** e do **CPF nº 298.098.228-80**, residente e domiciliado à **Rua José Eid Maluf nº 387 – Bairro Cidade Ademar – São Paulo – SP – CEP: 04.405-140.**
- Sr. PEDRO DORNAS CIPRIANI**, brasileiro, maior, solteiro, empresário, nascido no dia 07/11/1989, portador da cédula de identidade **RG nº 14.367.657 SSP/MG**, e inscrito no **CPF sob o nº 063.174.756-79**, residente e domiciliado a **Praça Francisco Sampaio, nº 54 – Apto 113 – Vila Guarani – São Paulo – SP – CEP: 04.313-220.**

Os únicos sócios componentes da Sociedade de Responsabilidade Limitada, que gira sob a denominação social de **RCORE INSUMOS MEDICOS LTDA**, situada e estabelecida à **Rua Sílvia, nº 579 - Santa Maria - São Caetano do Sul – SP - CEP: 09.560-530**, devidamente arquivada na M.M. Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº **35.236.371.613**, inscrita no **CNPJ sob o nº 38.714.672/0001-31**, em sessão de despacho do dia **23/09/2020**, resolvem de comum acordo alterar aquele instrumento de acordo com as seguintes cláusulas:

- Retira-se da sociedade o **Sr. PEDRO DORNAS CIPRIANI**, já qualificado no preâmbulo, vendendo suas 1.000 (Mil) quotas no valor de **R\$ 1,00 (Hum real)** cada uma, totalizando **R\$ 1.000,00 (Mil Reais)**, correspondente a **1%** do capital ao sócio **Sr. RODRIGO BENJAMIN DELGATO**.
- Redistribui-se o capital social no importe **R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais)** dividido em **100.000 (Cem Mil)** quotas sociais no valor nominal de **R\$ 1,00 (Hum Real)** cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente deste país, pela Empresária, como segue.

SOCIO	QUOTAS	%	VALOR TOTAL R\$
RODRIGO BENJAMIN DELGATO	100.000	100	R\$ 100.000,00
TOTAIS	100.000	100	R\$ 100.000,00

A responsabilidade do titular é limitada a importância total do capital social integralizada. (cfe. Art 980-A e seus parágrafos – lei 12.441 de 11 de Julho de 2011).



Em razão das substanciais alterações havidas, resolvem os sócios supra qualificados, promover a consolidação do mesmo, sendo aqui transcritas todas as cláusulas atualmente em vigor, as quais se submetem, ratificando-as em todos os seus termos, a saber:

CONTRATO SOCIAL

RCORE INSUMOS MEDICOS LTDA

C.N.P.J. nº 38.714.672/0001-31

NIRE: 35.236.371.613

PRIMEIRA

A denominação da sociedade será “RCORE INSUMOS MEDICOS LTDA”, no qual os sócios somente usarão em negócios sociais, ficando expressamente proibido empregá-la em operações estranhas, como aval, fianças, endossos de favor e outros. (Art. 997, II, CC/2.002).

SEGUNDA

***Parágrafo Primeiro:** A Sociedade terá como objetivo social: **Comercio atacadista de maquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto médico hospitalar, comercio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios, partes e peças, marketing direto, promoção de vendas, locação equipamentos médicos hospitalares, manutenção e reparação de aparelhos eletro médicos e eletros terapêuticos e equipamentos em geral, importação e exportação.**

***Parágrafo Segundo:** A sede social será na Rua Sílvia, nº 579 - Santa Maria - São Caetano do Sul - SP - CEP: 09.560-530.

TERCEIRA

O Capital Social será de R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais), dividido em 100.000 (Cem Mil) quotas sociais no valor nominal de R\$ 1,00 (Hum Real) cada uma, subscrita e integralizada neste ato em moeda corrente do país, pelos socios, como segue:

SOCIO	QUOTAS	%	VALOR TOTAL RS
RODRIGO BENJAMIN DELGATO	100.000	100	R\$ 100.000,00
TOTAIS	100.000	100	R\$ 100.000,00

A responsabilidade do titular é limitada a importância total do capital social integralizada. (cfe. Art 980-A e seus parágrafos – lei 12.441 de 11 de Julho de 2011).

QUARTA

No dia 31 de Dezembro de cada exercício será efetuado o levantamento de um balanço geral, sendo que o lucro ou prejuízo será distribuído entre os sócios em proporção as suas cotas de capital.

O sócio declara sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração, as atividades mercantis, por lei especial, ou em virtude de



condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

QUINTA

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas a venda, formalizando, se realiza a cessão delas, a alteração contratual pertinente. (arts. 1.056 e 1.057, CC/2.002).

SEXTA

A retirada mensal, á título de pró-labore, será efetuada pelos sócios em conjunto ou isoladamente, de acordo com a legislação em vigor.

SÉTIMA

A Administração da Empresa será exercida pelos ambos sócios com poderes e atribuições para o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos outros sócios. (arts. 997, VI; 1.013, 1.015, 1.064, CC/2.002).

OITAVA

Ao término de cada exercício social, em 31 de Dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados. (art. 1.065, CC/2.002)

NONA

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador (es) quando for o caso.(arts. 1.071 e 1.072, §2. e art. 1.078, CC/2.002).

DÉCIMA

No caso de falecimento de um dos sócios, a sociedade não será dissolvida, cujo negócio, poderá continuar mediante um novo contrato de admissão de novos herdeiros ou sucessores, legalmente habilitados.

DÉCIMA PRIMEIRA

Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, a data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

7

Q

A

Adauto José Fernandes Ribeiro



DÉCIMA SEGUNDA

Os sócios acordam expressamente que, no caso de um ou mais sócios colocar em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, o responsável, ou responsáveis pelos atos praticados, serão excluídos da sociedade por decisão da maioria dos demais sócios, mediante alteração do contrato social, com base na justa causa prevista no artigo 1085 do Código Civil vigente.

DÉCIMA TERCEIRA

No caso de exclusão do sócio por justa causa, a decisão para esse fim deverá ser objeto de aprovação em reunião ou assembleia de quotistas, realizada para essa finalidade exclusiva, com a intimação do sócio, ou dos sócios que serão excluídos, em tempo hábil para permitir seus comparecimentos e o exercício do direito de defesa ampla.

DÉCIMA QUARTA

Os sócios também acordam que ao sócio excluído aplicar-se-á o disposto nos artigos 1031, 1032 e 1086 do Código Civil vigente.

DÉCIMA QUINTA

Em caso de interesse de retirada de um dos sócios, o mesmo deverá levar ao conhecimento do administrador sua intenção, pôr escrito, em um prazo nunca inferior á 30 (Trinta) dias, sendo que seus haveres serão apurados mediante o levantamento de um balanço geral, e pagos mediante a emissão de 10 (Dez) notas promissórias de igual valor, com vencimentos mensais sucessivos e sem juros, sendo que a primeira parcela deverá ser liquidada á vista.

DÉCIMA SEXTA

O sócio que desejar retirar-se da sociedade deverá oferecer ao outro sócio, sempre em preferência e nas mesmas condições, as suas cotas de capital, não sendo permitido que a ofereça a estranhos sem a aprovação do sócio remanescente.

DÉCIMA SÉTIMA

Para exploração do seu ramo de atividade, a empresa poderá contratar profissionais legalmente habilitados para assumir a responsabilidade de seus produtos.

DÉCIMA OITAVA

O prazo de duração da sociedade é pôr tempo indeterminado, podendo ser dissolvida a qualquer momento, em comum acordo entre os sócios. (art. 997, II, CC/2.002).

DÉCIMA NONA

Havendo divergência entre os sócios, serão nomeado 02 (Dois) árbitros de comum acordo entre os mesmos, com poderes para solucionar as divergências pôr ventura surgidas, caso contrário, será designado um terceiro árbitro cujo laudo, entretanto, será irrecorrível para os sócios.



VIGÉSIMA

Fica eleito o fórum desta Capital, para qualquer intervenção Judicial que o aludido órgão necessite.

E por estarem de pleno com o disposto no presente, assinam o referido em 03 (Três) vias de igual teor, juntamente com 02 (Duas) testemunhas presente à tudo.

São Paulo, 05 de Janeiro de 2022.

Rodrigo B. Delgado
RODRIGO BENJAMIN DELGATO
RG nº 32.578.986-1 SSP/SP

Pedro Dornas Cipriani
PEDRO DORNAS CIPRIANI
RG nº 14.367.657 SSP/MG

Marcelo Antônio Rosa
MARCELO ANTÔNIO ROSA
RG nº 17.321.082 SSP/SP

TESTEMUNHAS

Guilherme Righetti Rosa
GUILHERME RIGHETTI ROSA
RG nº 53.601.393-7 SSP/SP

**RODRIGO BENJAMIN
DELGATO:29809822
880**

Assinado de forma digital
por RODRIGO BENJAMIN
DELGATO:29809822880
Dados: 2022.07.07
14:35:34 -03'00'



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1400 Torre 58040-000, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa PRIOM TECNOLOGIA EM EQUIPAMENTOS EIRELI ME tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa PRIOM TECNOLOGIA EM EQUIPAMENTOS EIRELI ME a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a PRIOM TECNOLOGIA EM EQUIPAMENTOS EIRELI ME assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **07/07/2022 16:17:47 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa PRIOM TECNOLOGIA EM EQUIPAMENTOS EIRELI ME ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 70880707226217141847-1 a 70880707226217141847-5

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ Nº 003/2014 e Provimento CNJ Nº 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b689100895989aacbe18b4a84adb64e54bf90fdb0d777205061aed19f2b466ad3a23d39aa03b795c73ce2f7a574060ecc504b7f668328dab60570f03ecfe47918



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.

